

ENTRE O ATO E O CONTRATO: UM OLHAR SEMIOLINGUÍSTICO PARA O CONCEITO DE GÊNERO DISCURSIVO

Eveline Coelho Cardoso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane S. M. Monnerat
Doutoranda

Apresentação

*A variedade de gêneros do discurso pressupõe a
variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve.*

Toda enunciação de uma palavra, de um símbolo, de uma imagem, nunca é lançada ao acaso; como disse Bakhtin (1992a), enunciar é interagir com um outro, construindo até ele uma ponte, mas é, ao mesmo tempo, adentrar com ele uma arena, onde mutuamente serão postos em conflito pensamentos, interesses, representações e ideologias. As muitas formas que uma enunciação pode tomar em sua materialização verbal estão ligadas ao que chamamos de *gêneros do discurso*, conceito que desde a Antiguidade clássica já era preocupação dos estudiosos da produção discursiva.

Neste trabalho, que é parte das reflexões teóricas desenvolvidas no curso da elaboração de nosso projeto de tese (em andamento), propomos um breve estudo sobre a evolução desse conceito e sua importância para os estudos contemporâneos do discurso sob uma perspectiva de análise semiolinguística, elaborada por Patrick Charaudeau (1992, 2004, 2005, 2008). Defendemos com esse autor que, para compreender a estrutura de um gênero discursivo, faz-se necessário observar as circunstâncias do ato de linguagem que lhe dá origem e descrever as restrições de seu contrato de

comunicação. Como veremos, é o reconhecimento mútuo dessas restrições pelos parceiros, as quais estão latentes na produção/interpretação de todo texto/discurso e na própria configuração dos gêneros discursivos, que garante o sucesso da troca comunicativa.

Gênero discursivo: em torno do conceito

A reflexão em torno dos gêneros do discurso, como já mencionamos, remonta à Antiguidade clássica, a propósito da definição dos gêneros literários e retóricos. Hoje aplicado a textos de circuitos comunicativos diversos além do artístico-literário, o conceito de gênero já foi e ainda é alvo de muitos estudos sob diversos pontos de vista teórico-linguísticos, sendo, ainda, tópico fundamental na questão do ensino de língua materna. Neste item, resumiremos algumas considerações que julgamos mais relevantes de alguns autores a respeito desse tema e também refletiremos sobre outros conceitos que se articulam ao de gêneros discursivos, a fim de apoiar o estudo aqui proposto.

No dizer do autor que pioneiramente marcou a concepção que temos hoje sobre gêneros discursivos, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (Bakhtin, 1992a, p.113). Nesse sentido, a partir do conceito de enunciado como “*unidade real* da comunicação verbal”, Mikhail Bakhtin definiu da seguinte maneira os gêneros do discurso:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, [...] mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1992b, p.279)

Vejamos que a definição de gêneros do discurso proposta pelo autor põe em destaque o uso e a interação emergentes numa esfera de atividade humana, isto é, os gêneros são o produto das condições e finalidades da linguagem em funcionamento. Por outro lado, Bakhtin (1992b) faz referência a uma estrutura verbal que sustenta e contribui para a definição do que seja o gênero, sendo esta organizada em torno de um

conteúdo, um *estilo* e uma *construção composicional*, que se fundem no todo do enunciado. Na perspectiva bakhtiniana, o conteúdo compreende as unidades temáticas de um texto; o estilo diz respeito à seleção operada nos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, podendo ser de natureza individual ou propriamente linguística; e a construção composicional compreenderia o tipo de estruturação e o tipo de relação entre o locutor, seu(s) interlocutor (es) e outros discursos.

Bakhtin acrescenta que, tal qual a variedade das esferas de atividade humana, a variedade dos gêneros do discurso é infinita e acumula sempre as formas do pensamento e da visão de mundo dos sujeitos. Para o autor, conforme sua circulação por essas diversas esferas, os gêneros podem ter natureza *primária* ou *secundária*: os primeiros são considerados mais simples, espontâneos e dialógicos, tendo a carta, o bilhete e o diálogo cotidiano como exemplos; ao passo que os outros, mais complexos, institucionais e monológicos, encontram exemplos no romance, teatro e discurso científico, por exemplo.

Luiz Antônio Marcuschi (2003, 2008) se dedicou a um estudo aprofundado sobre a questão dos gêneros discursivos no contexto acadêmico brasileiro e, partindo das bases lançadas por Bakhtin, também leva em consideração aspectos sociocomunicativos e funcionais, que o impelem a definir essas unidades textuais como “formas de ação social” e “práticas sociodiscursivas”. Vinculado a uma perspectiva linguística sociointeracional, Marcuschi reitera que empreender tal descrição pressupõe partir de uma análise do texto e do discurso e também de uma visão descritiva da língua e da sociedade, buscando responder à questão sociocultural do uso.

Nesse sentido, e dialogando com outros estudiosos do tema¹, o autor entende os gêneros textuais como textos materializados que encontramos na nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Marcuschi ressalta que não são as peculiaridades linguísticas e estruturais os fatores decisivos nessa concepção, mas as funções comunicativas desses textos, tendo em vista seus usos e condicionamentos sociopragmáticos, que nos permitem observá-los também como: categorias culturais, esquemas cognitivos, formas de ação social, estruturas textuais, formas de organização social, ações retóricas. (MARCUSCHI, 2008, p. 149)

¹ Entre eles Charles Bazerman, Jean Paul Bronckart e John Swales.

Pensando um pouco mais sobre essas tantas atribuições que podemos dar aos gêneros, constatamos que toda comunicação é, de certa maneira, “enformada” por um gênero, o qual, tendo um propósito bastante claro e definido dado pela situação na qual se origina, determina os enunciados e lhes dá uma esfera de circulação, bem como regula seu estilo e conteúdo. Por esse olhar, Marcuschi explica que os gêneros têm também um papel importante como formas de controle social e legitimação discursiva em alguns contextos, uma vez que seu domínio representa, mais do que a habilidade com a matéria linguística, a capacidade de lidar linguisticamente com objetivos e situações sociais particulares (MARCUSCHI, 2003, p. 29). Nas palavras do autor:

Desde que nos constituímos como seres sociais, nos achamos envolvidos numa máquina sociodiscursiva. E um dos instrumentos mais poderosos dessa máquina são os gêneros textuais, sendo que seu domínio e manipulação depende boa parte da forma de nossa inserção social e de nosso poder social. Enfim: quem pode expedir um *diploma*, uma *carteira de identidade*, um *alvará de soltura*, uma *certidão de casamento*, um *porte de arma*, escrever uma *reportagem jornalística*, uma *tese de doutorado*, dar uma *conferência*, uma *aula expositiva*, realizar um *inquérito judicial* e assim por diante? (MARCUSCHI, 2008, p. 162). [Grifos do autor]

Maingueneau (2008) também aborda a questão dos gêneros sob uma perspectiva sociocomunicativa, sem perder de vista o viés ideológico já apontado por Marcuschi. Os gêneros do discurso, para esse autor, são definidos como atividades sociais, dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. Citando Bakhtin, para quem “se os gêneros do discurso não existissem [...] não haveria troca linguageira” (1992b, p.285), o domínio de vários gêneros do discurso é uma questão de economia linguística e de garantia da comunicação. O autor entende que se podem evitar violências e mal-entendidos oriundos da troca verbal tendo o que chama de *competência genérica*, a qual abrange o conhecimento partilhado sobre os gêneros numa determinada comunidade e garante a legitimação dos sujeitos ao transitar verbalmente por ela.

Sendo assim, por mais que haja diferentes perspectivas teóricas de abordagem do tema dos gêneros, é consenso, desde Bakhtin, que não se trata de modelos rígidos ou estanques, mas de entidades dinâmicas e plásticas, passíveis de se misturar e incorporar formas e funções umas das outras em virtude de motivações pragmáticas. Para compreender essa característica dos gêneros – a qual, vale lembrar, é potencializada nos

contextos de interação mediados pelas tecnologias digitais e pela Internet –, devemos observar no item a seguir os conceitos de tipos textuais, domínios discursivos e suportes tais como definidos por Marcuschi (2003, 2008) e outros autores.

Tipo textual, domínio discursivo e suporte

A definição de “tipo textual” é dada por Marcuschi (2003, 2008) em referência a sequências de natureza composicional dos textos, considerando-se aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas e estilo subjacentes aos gêneros. Conforme o autor, trata-se de “modos textuais” e não de textos materializados, os quais se resumem em cinco espécies de classes formais: descrição, narração, argumentação, exposição e injunção.

Marcuschi ressalta que, diferente dos gêneros textuais, que podem ser inúmeros e variáveis, os tipos textuais se enquadram numa lista fechada sem tendência a aumentar. Além disso, fica bem claro na descrição do autor que, enquanto os gêneros são definidos levando-se em conta critérios de ação prática, circulação, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade, os tipos textuais são constructos teóricos cuja identificação é feita a partir de propriedades linguísticas.

Sendo assim, os gêneros se realizam por meio dessas sequências formais, não sendo raro que, num mesmo gênero, estejam presentes várias delas. Sempre haverá, contudo, predominância de uma dessas sequências sobre as demais. Pensemos no exemplo de um conto em cuja estrutura predominantemente narrativa podemos encontrar a descrição do cenário ou de personagens, como no excerto a seguir:

Nós todos frequentávamos o mesmo colégio, naquela pequena cidade do interior. Um colégio privado, e muito caro, o que, para nossos pais, não chegava a ser problema: éramos, meus amigos e eu, filhos de fazendeiros. Nossos pais tinham grandes propriedades. E tinham muito dinheiro. Nada nos faltava. Andávamos sempre muito bem-vestidos, comprávamos o que fosse necessário para o colégio e gastávamos bastante no bar da escola.²(SCLIAR, 2003, p. 15)

Essa variação frequente de tipos textuais num mesmo gênero, Marcuschi (2003, 2008) designa *heterogeneidade tipológica*.

² SCLIAR, Moacyr. *O cavalo imaginário*. In: **Boa companhia**: contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O autor também diferencia da noção de gênero e de tipo textual a de *domínio discursivo*, que se aproxima do que Bakhtin denominou “esfera de atividade humana”. Os domínios seriam, então,

práticas discursivas cotidianas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

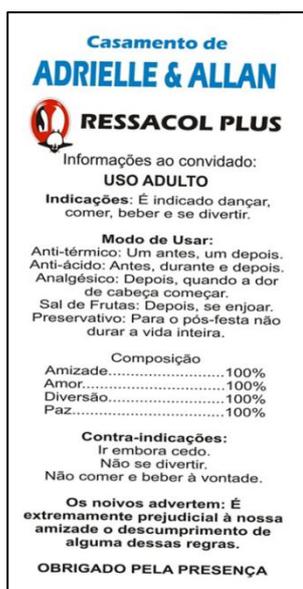
No dizer de Marcuschi (*Op. cit.*, p. 158), um domínio discursivo não são textos especificamente, mas “formações históricas e sociais que originam os discursos”, tais como: o domínio discursivo jurídico, jornalístico, religioso etc.

Circulando em inúmeros domínios discursivos existentes na sociedade e motivados por diferentes intenções dos sujeitos, os gêneros discursivos dão testemunho de sua plasticidade e dinamicidade através de sua possível hibridização, subvertendo o modelo global de um único gênero e assumindo formas e/ou funções de outro. A essa possibilidade dos gêneros de se misturarem, Marcuschi denominou *intergenericidade*, recomendando fortemente que não seja confundida com a *heterogeneidade tipológica* (Cf. MARCUSCHI, 2008, p. 167):

- (1) **Intergenericidade** → um gênero com a forma ou função de outro.
- (2) **Heterogeneidade tipológica** → um gênero com a presença de vários tipos textuais.

Vejamos um exemplo de intergenericidade no texto a seguir:

Texto 1

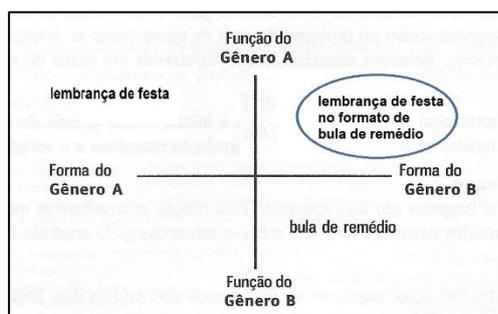


Legenda: Lembrança de casamento com formato de bula

Como podemos observar no exemplo acima, o texto foi construído sob a forma de uma bula de remédio, contendo os tópicos que geralmente podemos encontrar nesse gênero, como informações ao paciente, indicações, composição etc. A composição linguística também é marcada por formas injuntivas, que remetem diretamente ao leitor, buscando orientar seu comportamento. Contudo, a função do texto não é a mesma da bula – informar sobre o uso de um medicamento –, mas presentear os convidados de um casamento e agradecer-lhes pela presença, como é típico das lembranças fornecidas pelos anfitriões de festas desse tipo.

O diagrama abaixo, adaptado de Marcuschi (2008), ilustra como se dá a intergenericidade entre os gêneros lembrança de casamento e bula de remédio vista no Texto 1:

Gráfico 1. Intergenericidade



Legenda: Adaptado de MARCUSCHI, 2008, p. 166.

Como podemos observar no Quadro 1, situamos, segundo Marcuschi, os gêneros de base para a formação do gênero híbrido num entrecruzamento de formas e funções: no quadrante superior esquerdo está o gênero A, lembrança de festa, com sua forma e função; igualmente, no quadrante inferior direito, indica-se o gênero B, bula de remédio. No ponto de intersecção entre a função da lembrança e a forma da bula, está o novo gênero, que rompe, mas ao mesmo tempo recria os limites entre os dois gêneros de base. Se pensarmos na enorme variedade de gêneros discursivos existentes e na emergência de tantos outros à medida que a sociedade evolui em seus meios comunicativos, salta aos olhos a riqueza e produtividade discursiva propiciada pela intergenericidade.

Resta ainda, nesse item, tratar da questão do suporte dos gêneros textuais, definido por Marcuschi (2008, p. 174) como “*locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado em texto”. O autor defende que o suporte não é neutro e indiferente em relação aos gêneros, pelo contrário: é indispensável à sua circulação e fixação, estabelecendo uma relação de coemergência tão estrita com os gêneros a ponto de, por vezes, ser determinante para sua denominação. Nesse sentido, Marcuschi cita o exemplo do seguinte enunciado: “*Paulo, te amo, me ligue o mais rápido que puder. Te espero no fone 55 44 33 22. Verônica*”. Conforme o autor, de acordo com o suporte desta mensagem, tratar-se-ia de um gênero distinto: se escrita em papel e deixada sobre uma mesa, poderia ser um *bilhete*; se gravada e emitida por uma secretária eletrônica (e poderíamos acrescentar aqui a caixa postal disponibilizada pelas operadoras de telefonia celular), seria um *recado*; se transmitida pelos Correios em formulário próprio, poderia ser um *telegrama*.

Também Maingueneau (2008), em capítulo dedicado ao tema, ressalta que analisar o mídiu de um gênero de discurso não é considerar um simples “meio” de transporte de uma mensagem estável; mas descrever um dispositivo comunicacional que o integra e que “imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”. O autor explica que o suporte, sendo o modo de transporte e recepção dos enunciados, condiciona a constituição do texto e modela o gênero a que ele pertence, incidindo diretamente sobre a memorização deste último enquanto prática discursiva. Além disso, diz Maingueneau, o mídiu tem muito a dizer a respeito de como se dão as relações comunicativas numa sociedade:

Muitas mutações sociais se manifestam por meio de um simples deslocamento “midiológico” (= relativo ao mídiuim): quando casais em dificuldade discutem em um *talk-show* na televisão, em vez de se expressarem no consultório de um psicólogo, não se trata apenas de uma simples troca de lugares e de canal; toda uma transformação da sociedade aí se encontra implicada. Uma sociedade, repetimos, não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível. (*Id.*, p. 72)

Marcuschi diferencia os *suportes convencionais*, que teriam sido elaborados especificamente a fim de portarem ou fixarem textos, como o livro, o jornal ou a televisão; e os *suportes incidentais*, que operam como tal apenas de maneira eventual e limitada – e não sistemática e regularmente, como é o caso dos anteriores –, a exemplo de embalagens, roupas e o próprio corpo humano. Além dessas duas categorias de suportes de gêneros textuais, também são descritos por Marcuschi alguns casos que não devem ser vistos como tal, mas como “serviços em função da atividade comunicativa”, os quais podem, por vezes, suportar ao mesmo tempo vários gêneros e até outros suportes, como: correio, *e-mail*, mala direta, Internet, *homepage* e *site*.

Convencionais, incidentais ou apenas serviços ligados à comunicação de um gênero, os suportes são indispensáveis à compreensão dos gêneros à medida que representam sua viabilidade material, contendo-os, mostrando-os e fixando-os. Por outro lado, Marcuschi defende certa autonomia para os gêneros, levantando a hipótese de que têm preferências e podem, portanto, desenvolver nichos ou ambientes de realização mais adequados para se fixarem ou circularem. Obviamente essa autonomia é produto de um projeto de fala dos sujeitos, que encontram na enorme diversidade de gêneros discursivos possibilidades infinitas de se relacionar com o Outro sob as mais diversas pretensões, respeitando os modelos de formas e funções convencionalmente aceitos para esses gêneros, ou mesclando-os a fim de potencializar os efeitos de sentido de seu discurso.

A proposta semiolinguística

Respondendo à pergunta: “como conceber um gênero?”, Maingueneau (2008) ressalta que não se trata de formas predeterminadas à disposição do locutor, que ajusta seu enunciado em função deles; na realidade, diz o autor, como atividades sociais, assim como os atos de linguagem, os gêneros do discurso se submetem a condições de êxito, que seriam, grosso modo: uma finalidade reconhecida, o estatuto dos parceiros, o lugar

e o momento constitutivos, um suporte material e uma organização textual. Ou seja, a matéria linguística em si, privilegiada em algumas abordagens como critério de classificação dos gêneros, deve ser analisada em última instância, em favor da análise dos elementos constitutivos do ato de linguagem como um todo. É essa também a visão de Charaudeau (2004), que escolhemos como norte deste estudo justamente por se preocupar com a integração dos aspectos situacionais, discursivos e linguísticos para entender os gêneros do discurso. Neste item, buscamos elucidar sua reflexão sobre esse tema.

Para se debruçar sobre os gêneros discursivos, Charaudeau (*Op. cit.*) parte de uma reflexão sobre a constituição das comunidades humanas dentro de um processo que depende de uma construção coletiva de sentidos, formas e comportamentos registrados em três memórias: *uma memória dos discursos*, na qual se inscrevem saberes de conhecimento e crença sobre o mundo; *uma memória das situações de comunicação*, em que são armazenados dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e definem um conjunto de condições psicossociais para sua realização; e *uma memória das formas de signos*, registrados como maneiras de dizer no conjunto de um sistema que serve de diferentes maneiras ao uso.

“Aceitar que existem gêneros é reconhecer que a produção languageira é submetida a restrições”, afirma Charaudeau (*Id.*) e propõe, nesse sentido, um modelo de análise semiodiscursivo dos gêneros, no qual se articulam situações, sentidos e formas. Nessa perspectiva, o sujeito é visto como portador de uma intencionalidade que o posiciona face às liberdades e restrições da linguagem e lhe permite circular socialmente nos espaços comunicativos:

Podemos, então, sustentar a ideia de que o sujeito social se dota de gêneros empíricos, e que, por meio de representações que ele se constrói deles pela aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade languageira e os associa aos lugares de prática social mais ou menos institucionalizados. (CHARAUDEAU, 2004, p. 21)

De acordo com a noção de competência languageira, Charaudeau (2008) postulou a existência de um conjunto de procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação – os modos de organização do discurso –, que se põem em funcionamento no nível discursivo daquela competência. Tais procedimentos, que se aproximam dos tipos textuais já citados de Marcuschi (2003, 2008), correspondem, nessa vertente

teórica, a finalidades discursivas de cada ato de comunicação, que, segundo o autor, são: *narrar*, *descrever*, *argumentar* e *enunciar*. São, assim, distintos quatro modos de organização do discurso: o *descritivo*, o *narrativo*, o *argumentativo* e o *enunciativo*. Este último, que representa uma especificidade da teoria semiolinguística, tem a função particular de comandar os outros três modos e construir um aparelho enunciativo com base em três comportamentos discursivos, acionados mediante a posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, como veremos mais adiante.

O modo enunciativo do discurso possui três funções que correspondem, cada uma, a um comportamento distinto do locutor na construção de sua *mise-en-scène*: o comportamento *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo*. O comportamento *alocutivo* visa a estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor, na qual o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao parceiro no momento da enunciação, instando-o a uma resposta ou reação através do ato de linguagem. No comportamento *elocutivo*, o locutor procura revelar o seu ponto de vista sem que o interlocutor esteja implicado nele. Nas palavras de Charaudeau, “o resultado é uma enunciação que tem como efeito *modalizar subjetivamente* a verdade do propósito enunciado, *revelando* o ponto de vista *interno* do sujeito falante. O comportamento *delocutivo* é destinado a retomar a fala de um terceiro, apagando tanto o sujeito falante quanto o seu interlocutor do ato de enunciação.

Uma análise em níveis: dos princípios às restrições de configuração do discurso

Charaudeau (2004) defende que a análise dos gêneros deve-se apoiar na determinação de níveis de organização do fato linguageiro, isto é, numa teoria do discurso na qual se evidenciem os *princípios gerais* sobre os quais ele se funda e também os *mecanismos* que o colocam em funcionamento. Os princípios fundadores da atividade linguageira são: o *princípio da interação/alteridade*, ligado ao processo recíproco de reconhecimento e legitimação do Outro, sob uma perspectiva contratual; o *princípio da pertinência*, que se dá pelo reconhecimento dos universos de referência partilhados pelos sujeitos (saberes de crença e de conhecimento); o *princípio de influência*, voltado para a finalidade intencional do ato de linguagem, com vistas a atingir emocionalmente ou orientar o pensamento do Outro; e o *princípio da regulação*,

ligado às estratégias que garantam a intercompreensão mínima dos parceiros pelo ajuste ou calibragem do jogo de influências (CHARAUDEAU, 2005, p. 15-6).

Ao tratar desse primeiro nível de análise dos gêneros, no qual se identificam os princípios gerais de funcionamento do discurso, Charaudeau(2004) dá destaque ao princípio de influência, pois este dá origem às *visadas enunciativas* – atitudes que determinam a orientação do ato de linguagem como ato de comunicação em função da relação que o sujeito falante quer instaurar frente ao seu destinatário. Dessa forma, as visadas garantem as bases para que a configuração de um gênero discursivo vá ao encontro de uma finalidade comunicativa.

O segundo nível – o dos mecanismos de funcionamento discursivo – compreende dois subníveis articulados entre si: o nível da *situação de comunicação* e o nível da *discursivização*. O primeiro é onde, segundo o autor, deve começar a análise do discurso, pois é o lugar onde se determinam, em seu conjunto, as restrições da expectativa de troca (*enjeu*), provenientes das Circunstâncias de Discurso de modo geral (identidades, lugar da troca, finalidade, propósito e circunstâncias materiais). O nível da discursivização é o lugar onde se instituem restrições formais e discursivas relacionadas às maneiras de dizer, isto é, no âmbito das atividades de ordenamento do discurso ou modos de organização (restrições discursivas), ou no âmbito do emprego obrigatório de maneiras de dizer identificadas em todo texto que corresponde à mesma situação (restrições formais). O autor defende então que:

A situação de comunicação é, assim, o que determina através das características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo. Por conseguinte, ela estrutura o domínio da prática – que é sociologicamente vasto – em domínio de comunicação. (CHARAUDEAU, 2004, p.26)

Através da articulação entre os dois níveis de análise acima descritos, Charaudeau propõe que o analista do discurso trabalhe a partir do levantamento das restrições que vão delineando os gêneros do discurso: o contrato e as visadas discursivas que emergem de uma situação de comunicação (prescrição, solicitação, incitação, informação, instrução, demonstração etc.) estão atrelados à finalidade, à identidade dos participantes, ao Propósito Comunicativo, e às circunstâncias materiais, configurando-se como dados externos ao ato de comunicação ou *restrições situacionais*. Esses dados constroem o discurso, respondendo à questão “estamos aqui para dizer o quê?”,

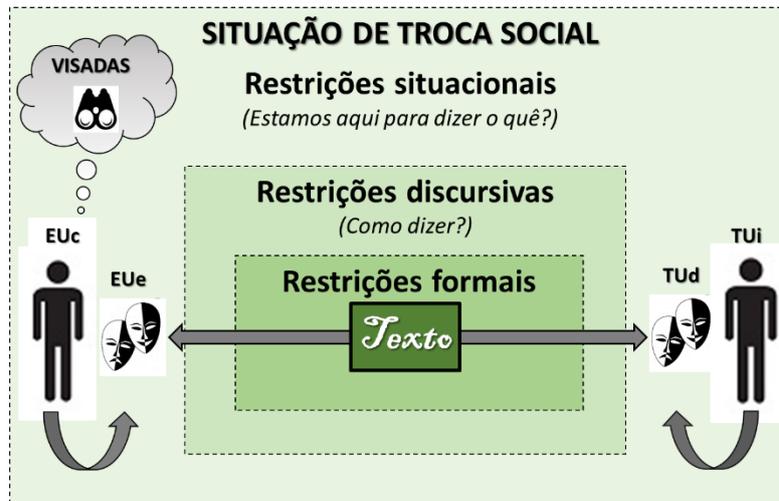
produzindo instruções que encontrarão correspondência na resposta a “como dizer?”, operada no nível dos mecanismos de funcionamento.

As *restrições discursivas* correspondem a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe os que satisfazem às condições dos dados externos. Ficam no intermédio entre os dados das restrições situacionais e a configuração textual, realizando-se essencialmente por meio dos modos de organização do discurso adequados, que correspondem aos dados externos impostos pela situação e pelo contrato. Esses modos são, portanto, de natureza enunciativa (descritivo, narrativo ou argumentativo), enunciativa (alocutivo, elocutivo ou delocutivo), temática (ligada aos temas e sub-temas do Propósito) e também semiológica (ligada à *mise-en-scène* verbal e/ou visual do texto) (CHARAUDEAU, *Op. cit.*, p. 27).

Por sua vez, as *restrições situacionais* (via restrições discursivas) incidem sobre as formas, submetidas a normas de uso mais ou menos codificado cujas expressões podem sofrer variação. Trata-se da fixação de “maneiras de dizer” que dependem da situação de comunicação e expressam o que Charaudeau chama de *restrições formais*. No âmbito de tais restrições, são definidas a *mise-en-scène* textual, ou a disposição do paratexto; a composição textual interna, que diz respeito a partes do texto e sua interligação; a fraseologia, que integra o emprego de locuções, fórmulas e outras expressões fixas; e a construção gramatical, que corresponde a todo tipo de articulação referente ao aparelho formal da enunciação.

Veamos, no seguinte diagrama, a correspondência entre os três níveis de restrições descritos por Charaudeau (2004):

Gráfico2. Para uma análise semiolinguística dos gêneros discursivos



Legenda: Gráfico produzido pelo próprio autor com base na ilustração de Charaudeau (2008, p. 52).

Em suma, a proposta de Charaudeau (2004) é uma tipologia fundada sobre o dispositivo gênero como materialidade da *mise-en-scène* e sobre os diferentes procedimentos utilizados para construir dispositivos cênicos. Com esse olhar, concebe-se o texto como “resultado de um ato de linguagem produzido por um sujeito dado e em uma situação de troca social dada” (*Op. cit.*, p.29) e, para classificá-lo em relação a um gênero, é necessário identificar seus pontos comuns nos três níveis abordados: no nível das restrições situacionais, em que se identificam os componentes do contrato situacional, questionando as visadas nas quais aparecem os textos; no nível das restrições discursivas, identificando as categorias do discurso e os modos discursivos em jogo; e no nível das restrições formais, identificando diferentes aspectos da organização formal do texto, isto é, regularidades mais ou menos marcadas e sistemáticas, em função das restrições situacionais e discursivas.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi retomar a tão discutida reflexão sobre os gêneros discursivos buscando o auxílio do aparato teórico da semiolinguística, que se pretende, na verdade, uma teoria de intersecções entre diversos pontos de vista e áreas do conhecimento a fim de dar conta de forma mais coerente da complexidade do objeto de estudo discurso. A análise do fato linguageiro em níveis proposta por Charaudeau –

sempre apoiada convém lembrar, no viés material e linguístico do texto –, dá conta de mostrar a importância dessa articulação, agregando coerência ao trabalho do analista e se desviando tanto das interpretações excessivamente ideológicas dos textos quanto da marcação puramente formal de suas características.

Acreditamos ter deixado claro, conforme Charaudeau, que todo o conjunto de recursos linguísticos e imagéticos aplicado à construção de um texto deve ser somado à observação dos dados situacionais, contratuais e discursivos, a fim de sustentara produção/percepção/análise de efeitos de sentido diversos em seu discurso. A nosso ver, esse olhar que começa “de fora para dentro” do ato de linguagem justifica a denominação dos gêneros discursivos como situacionais empreendida por Charaudeau (2004), porque salienta que são os espaços externos e implícitos à linguagem que comandam o processo de semiotização do mundo e “enformam” o dizer da maneira como o encontramos nos textos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992a.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire des usages et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p.13-41.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-29.

_____. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p.19-36.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SCLIAR, Moacyr. O cavalo imaginário. In: *Boa companhia: contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 15-19.

Créditos das imagens:

ALFA PRINT PERSONALIZADOS. Lembrança de casamento com formato de bula. Disponível em: [<http://www.elo7.com.br/kit-festa-kit-ressaca-bula-e-plaquinha/dp/49A1C6>]. Acesso em 22 ago. 2015.